

O “IMPÉRIO” DA PRAÇA DA MATRIZ: AS CONSTRUÇÕES DA IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM PORTO ALEGRE/RS

THE “EMPIRE” OF THE MATRIZ SQUARE: THE BUILDINGS OF THE BROTHERHOOD OF THE HOLY GHOST IN PORTO ALEGRE/RS

Pedro von Mengden Meirelles¹

RESUMO

Este artigo tem como intuito discutir os princípios da Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre, enfocando na construção edifício-sede desta agremiação, conhecido como “Império”, antigamente localizado na Praça da Matriz da cidade de Porto Alegre. A irmandade do Divino é uma das mais antigas confrarias religiosas da cidade, famosa por suas festas e por sua capela, mas até o momento não foi alvo de estudo mais detalhado. Com este artigo, compilando documentos inéditos e dialogando com a bibliografia especializada, almeja-se suprir parte dessa lacuna, discutindo especificamente as diversas fases construtivas de seu edifício-sede, que foi demolido em 1929 e reerguido na Avenida José Bonifácio, em novo contexto urbano, social e religioso.

Palavras-chave: Irmandades Religiosas. Divino Espírito Santo. Arquitetura religiosa. Porto Alegre/RS.

ABSTRACT

This article aims to discuss the principles of the Brotherhood of the Divine Holy Spirit of Porto Alegre, focusing on the construction of the association's headquarters building, known as “Império,” formerly located in the Praça da Matriz in the city of Porto Alegre. The Brotherhood of the Divine is one of the oldest religious confraternities in the city, famous for its festivals and its chapel, but until now it has not been the subject of more detailed study. With this article, compiling unpublished documents and engaging with specialized bibliography, we aim to fill part of this gap, specifically discussing the various construction phases of its headquarters building, which was demolished in 1929 and rebuilt on Avenida José Bonifácio, in a new urban, social, and religious context.

Keywords: Religious brotherhoods. Holy Spirit. Religious Architecture. Porto Alegre/RS.

1 Pesquisador em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (2021) e Mestre (2016) em História Social pela mesma instituição. É membro-pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e Secretário Executivo da Revista M. – Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer. Especialista em História de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul Imperial, com ênfase em instituições religiosas (Santa Casa e Irmandades), História da Morte e Arqueologia Histórica.

INTRODUÇÃO

Há muitos anos que o estudo das irmandades religiosas criadas no Brasil colonial e imperial fornece elementos vitais para a compreensão, não só das religiosidades, mas também das dinâmicas sociais e políticas engendradas nessa antiga colônia portuguesa. Estudos variados, geralmente enfocando no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, demonstraram como essas confrarias poderiam, de um lado, reforçar as hierarquias do Antigo Regime, e por outro garantir aos egressos da senzala um espaço seguro para escaparem do cativeiro, por exemplo. Nos últimos anos, esses estudos têm se expandido para outras regiões do Império, como a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Este artigo objetiva a análise de uma das irmandades criadas em Porto Alegre no século XIX, enfocando especificamente nas construções que serviram de sede social e local de culto para esses irmãos.

Em princípios dos anos 1820 foi criada em Porto Alegre a Devoção do Divino Espírito Santo, agremiação religiosa católica voltada para a promoção do culto a terceira pessoa da trindade, e encarregada da promoção das festividades do mesmo orago. Estas festas provavelmente já aconteciam há alguns anos, mas com a criação da Devoção todo o certame ganharia maior complexidade, uma vez que a confraria passaria a administrar as esmolas da população e geriria toda a administração das celebrações. Esta Devoção, que rapidamente passaria a se considerar uma Irmandade, somou-se assim ao rol dos demais sodalícios católicos que já existiam em Porto Alegre, tornando-se até os dias de hoje uma das mais queridas confrarias da cidade e uma das únicas ainda em funcionamento.

Quando a Devoção foi criada, Porto Alegre contava com uma população algo superior a seis mil pessoas (números do censo de 1814), e já era atendida por outras associações católicas, cada qual dedicada a uma entidade celeste diferente e com fins específicos: as irmandades do Arcanjo São Miguel e as Almas do Purgatório, e a do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus, criadas ainda na década de 1770, eram responsáveis pela construção e manutenção do cemitério e da igreja matriz, respectivamente; depois foram instituídas as devoções de N. S.^a do Rosário, N. S.^a da Conceição e N. S.^a das Dores, ainda no século XVIII, cada uma congregando um estrato social diferente, e todas posteriormente elevadas a Irmandade ou Ordem Terceira; por fim, em princípios do século XIX, instituiu-se a Devoção do Senhor dos Passos (1803) e a Irmandade de N. S.^a da Misericórdia (1815), essas últimas vinculadas ao Hospital da Santa Casa, que iniciou seu funcionamento em 1826 (Meirelles, 2021).

Percebe-se que esses agrupamentos de fiéis precisam ser entendidos para além de seu aspecto religioso e de devoção pessoal. Segundo di-

versos historiadores, foi justamente por conta da vigência do Padroado no Brasil colonial e imperial que as devoções, irmandades e demais confrarias multiplicaram-se com sucesso. Mara do Nascimento (2025) informa que era o Poder Régio, a partir da Mesa de Consciência e Ordens, o responsável pelo estabelecimento de paróquias, construção dos templos e provimento de párocos no Brasil, mas como o erário era sempre curto, as verbas, ainda que poucas, eram apenas direcionadas para a construção das matrizes. Esta ingerência, lembra Anderson de Oliveira (2025, p. 276), “dificultou, em algumas oportunidades, uma ação mais eficaz da Igreja, fazendo com que em determinadas regiões do Brasil a presença do clero fosse diminuta”. A historiadora Martha Abreu amplia esse debate ao dizer que:

Em geral, dentro desta prática religiosa, o clero secular tinha uma atuação que se limitava à celebração de alguns sacramentos (batismos, missas, comunhões, casamentos e extrema-unções) em datas específicas. Seu trabalho de evangelização sempre foi pouco expressivo, devido aos limitados recursos que a Coroa enviava, à sua deficiente formação religiosa e à grande dependência em relação aos leigos. [...] Desta forma, os leigos tornaram-se os maiores agentes do catolicismo barroco [...]. Organizavam-se para incentivar a devoção a um santo protetor e para proporcionar benefícios aos irmãos, que se comprometiam com uma efetiva participação nas atividades (Abreu, 1999, p. 33-34).

Mesmo no período Imperial, em que pese à reestruturação administrativa da Coroa, as irmandades religiosas seguiram tendo uma presença preponderante na realidade nacional, multiplicando-se em grande quantidade, muitas vezes construindo igrejas próprias que, apesar de privadas, eram abertas em datas específicas para não-irmãos, contribuindo para difusão da fé.

É importante considerar também que as irmandades serviam também como locais de sociabilidade e de auxílio mútuo, mesmo aquelas que não tinham como foco o estabelecimento de hospitais. Várias reuniam pessoas a partir de um recorte profissional. Outras, como as dedicadas a santos, congregavam especialmente fiéis de cor, servindo como um espaço de socialização algo mais seguro, mesmo no seio de uma sociedade racista e escravocrata. No outro extremo da sociedade, o pertencimento a confrarias de elite, como as Ordens Terceiras, garantia ao fiel mais um distintivo de hierarquia, algo importante em uma sociedade fortemente estratificada como a do Brasil oitocentista. Este debate foi tratado com minúcias em trabalho recente do historiador Pedro Meirelles (2021, p. 102 *et seq.*) e pode ser conferido também no restante da bibliografia já citada.

Devoções e Irmandades leigas devem ser entendidas, assim, como espaços estrategicamente formados pela população com objetivos que em grande parte corriam ao largo dos aspectos religiosos. Nestes espaços, seus administradores tinham alguma autonomia de ação, qualidade que muitas vezes os levavam a entrar em conflitos com as autoridades responsáveis (Tavares, 2008). Quando essas irmandades ganhavam maior poder e vulto, e saíam da igreja matriz para construir templo próprio, sua autonomia aumentava e elas poderiam passar a influenciar diretamente na construção do próprio espaço urbano (Nascimento, 2025).

É por essas e outras características que as irmandades leigas têm sido utilizadas nos últimos anos como ponto focal para trabalhos de História Social interessados em compreender as dinâmicas sociais das populações brasileiras nos séculos XVIII e XIX, principalmente. No Rio Grande do Sul, as pesquisas na temática foram retomadas a partir de fins dos anos 1990 por Fábio Kühn (1999, 2010) e especialmente na década seguinte, com a defesa da tese de Mara do Nascimento em 2006 (publicada em 2025) e de Mauro Tavares no ano seguinte (publicada em 2008). Esses últimos trabalhos incentivaram a realização de pesquisas pontuais sobre outras irmandades leigas em Porto Alegre, como as de Almeida e Moreira (2017) e Meirelles (2021).

Nenhum desses estudos, entretanto, tratou da Irmandade do Divino Espírito Santo, a promotora de uma das festas mais tradicionais da cidade, que por anos pontilhou de coretos e pavilhões a Praça da Matriz, em eventos tão populares que foram narrados por quase todos os cronistas da cidade. A ausência de pesquisas pode ser explicada, em parte, pela localização das fontes: enquanto no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, principal repositório de documentação eclesiástica de Porto Alegre, quase nada pode ser encontrado sobre a Irmandade do Divino, na sede desta, à Avenida José Bonifácio, 753, estão armazenados documentos que abarcam os últimos 110 anos, mais ou menos. A documentação oitocentista da Devoção criada em 1821 está depositada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Pelo que foi possível averiguar, o único pesquisador a analisar esses documentos até o momento foi Luiz Fernando Rhoden (2022).

É pelo ineditismo desta documentação e pela ausência de outras pesquisas que tenham se debruçado sobre esta irmandade porto-alegrense que se escreve este artigo, almejando que ele se torne o primeiro de uma série de pesquisas sobre essa agremiação. De todos os temas possíveis de serem estudados a partir da temática das confrarias leigas, escolhemos para esse primeiro momento discutir os edifícios-sede conhecidos como “Impérios”, que por mais de século existiram na Praça da Matriz, ao lado da velha igreja, no centro da capital. O atual Império – que tem a denominação

de capela ou igreja e está localizado no bairro Bom Fim – é resultado das obras de remodelação urbana da década de 1920, que reconfiguraram tanto aquela praça quanto o campo da Redenção, atual Parque Farroupilha.

Nas páginas a seguir se discutirá em breves apontamentos os aspectos particulares da devoção ao Divino, a chegada deste culto ao Brasil, e a formação da Devoção em Porto Alegre, para em seguida abordar as construções daquela edificação que marcou a paisagem antiga da cidade, até ser demolida para a construção da atual Catedral Metropolitana. A trasladação do templo para a Avenida José Bonifácio, as festas da irmandade, as eleições dos Imperadores-festeiros e outros aspectos, pela exiguidade do espaço, ficarão para serem abordados em outras oportunidades.

1 ORIGENS DO CULTO AO ESPÍRITO SANTO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Na liturgia católica, duas são as passagens que resumem os aspectos mais importantes do Espírito Santo. No evangelho de Marcos (1:9-10), assim que Jesus é batizado por João, uma pomba desce dos céus, simbolizando o reconhecimento divino do novo messias. E, no evangelho de João (1:29-34), após Cristo ter ascendido aos céus, os apóstolos são ungidos por línguas de fogo que lhes dão o poder de se comunicar com todas as populações da terra. Ambas as cenas representam o nascimento da Igreja Católica, quer pelo reconhecimento de que Jesus era o Cristo, quer pela incumbência divina aos apóstolos para que propagem a Boa Nova entre todas as nações. O culto à terceira pessoa, portanto, insere-se em uma lógica evangelizadora, que dá a todo fiel a tarefa e obrigação de divulgar a palavra de deus em todo mundo.

Se a inspiração do Espírito Santo ou do Pentecostes está presente na igreja católica desde o seu princípio, um culto especial ao Divino parece ter surgido na Europa por volta dos séculos XII e XIII, e relacionado especialmente com o surgimento da ordem de São Francisco de Assis, trazendo o ideal da imitação de Cristo (Nagy & Biron-Ouellet, 2020). Evilázio Teixeira (2013) informa como que essa associação entre os franciscanos e o Divino fez com que esse culto tenha se propagado naquele período com intrínseca relação com o *zeitgeist* que colocava na pobreza, na penitência e na caridade o caminho para a salvação da alma. Nesta mesma linha de raciocínio que o culto teria chegado a Portugal pelas mãos da rainha Isabel:

E foi esta devoção [ao Divino Espírito Santo] que levou a rainha Santa Isabel de Aragão, no ano de 1296, na capela de Alenquer, a realizar, ainda com caráter desconhecido, uma

cerimônia em que um pobre foi convidado a tomar o lugar do rei, sendo servido pelo monarca e recebendo do bispo o cetro e a coroa ao som de *Veni Creator Spiritus* (Teixeira, 2013, p. 238, nota 10).

Esta história é considerada apócrifa para outros especialistas, conforme discutido em Rocca (2009) e Graebin (2012). É importante ressaltar, contudo, que o culto ao Divino não tem origem portuguesa ou açoriana, mas sim, conforme aponta a bibliografia, foi uma devoção comum a toda Europa em dado período, relacionada em vários lugares com a questão da pobreza. Em vários pontos daquele continente, inclusive, no mesmo período, aconteciam outros rituais em que havia uma inversão temporária da ordem, com a coroação simbólica de um indivíduo pobre ou uma criança, que “governava” temporariamente o reino durante a duração da celebração (Abreu, 1999). São, entretanto, as particularidades da celebração portuguesa que dizem respeito aos fins desse texto.

As festas do Divino conforme feitas em Portugal (continental e peninsular) tinham como principais características “as folias, a coroação de um imperador e o império; as comemorações profanas junto com os atos religiosos, a fartura dos alimentos vendidos ou leiloados na festa e uma preocupação genérica com os pobres da cidade” (Abreu, 1999, p. 41).² Era, e em muitos lugares segue sendo, uma festa dividida em duas partes, que se estruturam em modo sequencial ou concomitantes: uma religiosa, focada na preparação para o Dia de Pentecostes; e outra profana, com os festejos populares e a própria coroação do rei. No calendário católico, o dia de Pentecostes cai sempre 50 dias após o Domingo de Páscoa.³ A celebração inicia-se logo após a Páscoa, com a visitação das bandeiras e as novenas do Divino.

A simbologia e o aparato dessas celebrações misturam elementos quer de origem nas Escrituras, quer na tradição europeia (ou em Dona Isabel). As *Bandeiras do Divino*, vermelhas, são inspiradas nas línguas de fogo das Escrituras. A figura da pomba lembra o Espírito Santo que desceu sobre Jesus em seu batismo. Essas bandeiras percorriam rua a rua, casa a casa, levando as bênçãos do Espírito Santo e recolhendo esmolas (peditórios) para a manutenção do culto e realização das festas (Teixeira, 2013; Graebin & Januário, 2019; Pereira, 2020).

2 Importante destacar que a cultura açoriana não é uma e homogênea, com cada ilha (e cada freguesia dentro de uma ilha) tendo tradições próprias, que podem ou não ser similares às demais. Ver, entre outros, Pereira (2020) para uma apresentação mais detalhada sobre o modo como se dá a celebração em parte da Ilha de São Miguel.

3 O Domingo de Páscoa, por sua vez, também é uma data móvel: comemora-se no primeiro domingo após a primeira lua cheia que ocorre após o equinócio de Primavera.

Após a visitação das Bandeiras, nove dias antes do dia de Pentecostes têm início as novenas do Divino, realizadas no templo. É outro elemento religioso da celebração, uma preparação mental e espiritual para o dia de Pentecostes, em lembrança ao ato dos apóstolos e à dádiva dada pela Trindade para a humanidade.

No dia de Pentecostes (ou na semana anterior, em algumas localidades) era coroado o Imperador do Divino, que reinaria até o Pentecostes seguinte, sendo o responsável pela realização do próximo peditório e festa. Figura, nessa ocasião, a coroa de prata que recorda quer as “reynages” medievais, quer a coroa de Dona Isabel de Aragão.

Aliado à figura do Imperador estavam os Impérios do Espírito Santo, questão com a qual a bibliografia não é unânime. Segundo Martha Abreu, os impérios eram um espaço físico, temporário, uma “casa próxima ao centro das comemorações [...] que abrigava os imperadores para comandar as festividades e representava o palácio de onde saíra a rainha Santa Isabel em procissão levando sua coroa real encimada por uma pombinha” (Abreu, 1999, p. 39-40). Seriam estruturas efêmeras, erguidas e desmanchadas todos os anos. Luisa Rocca (2009, p. 303) suporta essa afirmação, dizendo, porém, que a partir do século XVIII várias localidades dos Açores passaram a construir Impérios de alvenaria, que eram conhecidos como “treatos” ou “teatros”. Esses “teatros” não seriam capelas, não teriam altares ou imagens religiosas nem cruz na fachada, e serviriam apenas para guardar os artefatos necessários para a festa do Divino e para reunião dos responsáveis pelo evento.

No Brasil, alguns estudiosos do tema (Cascudo, 1988, p. 294; Abreu, 1999, p. 40) afirmam que o culto ao Divino chegou já no século XVI, no princípio da colonização, porém essa conclusão não é baseada em documentação primária; os primeiros relatos conhecidos sobre festas do Divino na colônia datam de meados do século XVIII (Graebin & Januário, 2019, p. 126). Pesquisadores, folcloristas e escritores de todos os tipos, com maior ou menor rigor científico, sugerem que as festas do Divino eram realizadas no passado em todas as Capitanias e Províncias onde havia maioria de população portuguesa (e especialmente açoriana): Walter Spalding (1955) menciona principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul; e Câmara Cascudo (1988, p. 294) acrescenta Paraná, Maranhão, Amazonas, Goiás, Distrito Federal “e etc.”. Entende-se que os festejos, como praticados no Brasil, bebem da tradição portuguesa; porém, como procurou se demonstrar acima, essa tradição não é de exclusividade dos açorianos, apesar de a maioria da bibliografia contemporânea atribuir quase que exclusivamente o culto e os festejos do

Divino aos ilhéus (Rocca, 2008, 2009; Teixeira, 2013; Rhoden, 2022; Weimer, 2022).

A pesquisa de maior vulto sobre o culto ao Divino em terras brasileiras é a da historiadora Martha Abreu (1999) para o Rio de Janeiro oitocentista. Os documentos consultados por ela apontam para uma celebração em muito similar à já descrita para Portugal: preparativos iniciados no período da Páscoa; eleição de um imperador menino; ereção de um palanque (“império”) para o abrigar; visita das bandeiras pelas casas; recolhimento de esmolas para a realização da festa; distribuição de brindes e comidas; realização de leilões de ofertas e quermesses; novenas, missas solenes, procissão. Em alguns momentos, essas festividades eram acompanhadas de congadas, cavalcadas e lutas de mouros e cristãos, como se verifica também em Pirenópolis (GO) e Viamão (RS) no século XIX (Graebin, 2012).

A bibliografia sobre as festas do Divino no Rio Grande do Sul ainda é limitada. O trabalho pioneiro parece ter sido o de Walter Spalding (1955), que tinha caráter de levantamento folclórico. Texto de inspiração semelhante foi publicado por Paixão Côrtes em 1983, “memorialista e folcloristas sul-rio-grandense que, em exaustiva pesquisa, cartografou as devoções [...] [em] Santo Antônio da Patrulha, Osório, Gravataí, Taquari, Rio Pardo, Triunfo, Porto Alegre, Viamão, Mostardas, São José do Norte, Rio Grande, São Lourenço, Caxias do Sul, Caçapava do Sul, Vacaria, Bagé, Jaguarão, entre outras” (Graebin & Januário, 2019, p. 127). Mais recentemente, destacam-se a dissertação de Célia Jachemet (2002 [1999]) sobre as festas em Gravataí e Santo Antônio da Patrulha;⁴ e os trabalhos de Cleusa Graebin (2012; Graebin & Januário, 2019). O arquiteto Fernando Rhoden (2022) possui artigo recente sobre a presença dos “impérios” do Divino no Rio Grande do Sul em Taquari, Rio Pardo, Santo Amaro do Sul, Viamão, Triunfo, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul, Osório e Porto Alegre.

2 O DIVINO EM PORTO ALEGRE

Por muitos anos, a partir da década de 1930, e com mais força na década seguinte, pesquisadores trataram Porto Alegre como sendo uma cidade fundada por açorianos, apresentando até os dias de hoje elementos tipicamente açorianos, como as casas em fita, as pontes em arco de pedra, os moinhos de vento (Fortes, 1932; Wiederspahn, 1979; Weimer, 2022; Oliveira

4 A autora também contribuiu com o capítulo “As festas do Espírito Santo em Portugal-Açores e sua transmigração para o Brasil e Rio Grande do Sul”, incluso na obra “Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul”, organizada por Véra Barroso em 1993.

& Tocchetto, 2024, entre outros).⁵

Pesquisas sobre práticas culturais de origem açoriana em Porto Alegre, com especificidade para as práticas religiosas, são praticamente inexistentes: uma rara exceção são os trabalhos de Francisco Riopardense de Macedo (1973, p. 191-193; 1982, p. 73-78; 2002, p. 208-210) que, ao tratar de outros elementos culturais das Ilhas, pincelam sobre a devoção do Menino Deus. Sobre o Divino em Porto Alegre, até o momento, não existe nenhuma pesquisa rigorosa, excluindo-se trabalhos com viés arquitetônico tratando da construção dos impérios (Rhoden, 2022; Weimer, 2022). Quanto à prática da festa e a formação da irmandade, a historiografia tradicional aplica uma lógica simplista e redutora: se havia açorianos aqui desde 1752, é lógico supor que aí tenham se iniciado as celebrações do Divino.

Preferimos estruturar nossas conclusões a partir de bases documentais. Como escreveu Sérgio da Costa Franco, “a história escrita sem a busca de documentos não raro atropela a verdade” (Franco, 2015, p. 48). Não é uma defesa por uma história mais positivista, mas não compactuamos com uma ciência que constrói seus fatos no apriorismo, descolada da realidade parcial das fontes primárias. O silêncio a respeito da história da devoção do Divino Espírito Santo em Porto Alegre deve-se mais a falta de interesse do que à falta de fontes.

Poderia se presumir, como muitos autores já o fizeram, que existindo açorianos na região em que hoje está Porto Alegre desde 1752, se iniciaram aí as celebrações do Divino. Não existe, porém, qualquer fonte documental encontrada até o momento que suporte essa conclusão. Já na década de 1970, o padre Ruben Neis, em diversos textos, demonstrou pela análise dos livros eclesiásticos do Porto dos Casais que a grande maioria dos ilhéus que chegaram no porto de Viamão em 1752 não ficaram esperando a entrega das terras, mas se deslocaram para outras paragens, como Taquari (Neis, 1972). A primeira menção à Capela de São Francisco data de fins de 1768.

Até a criação da freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, em 1772, aquela área ainda estava sob jurisdição do pároco de Viamão (Meirelles, 2021). Na documentação dessa matriz não foi localizada até o momento nenhum pedido de autorização para realização de festejos ao Divino no Porto dos Casais no século XVIII. Uma vez criada essa freguesia, quem quer que fosse realizar eventos (religiosos ou civis) também precisaria pedir autorização para a Câmara: da mesma forma, nos documentos existentes relativos à municipalidade de Porto Alegre a partir de 1772, também não se

5 Para uma discussão mais ampla a respeito das disputas historiográficas sobre a colonização de Porto Alegre ver, entre outros, Meirelles (2016, p. 30-84) e Monteiro (2022).

conhece menções a comemorações no Dia de Pentecostes.

É importante fazer-se uma distinção que, embora seja conceitualmente clara, não é simples de se realizar a partir da documentação existente: a existência de uma “devoção” – de um ato devocional – *não necessariamente* implica na formação ou existência de uma “Devoção” – isto é, de um grupo organizado de fiéis. Não acreditamos, como querem apontar certos historiadores, que a Devoção (em maiúscula) estivesse organizada em Porto Alegre desde “os primeiros dias da existência” da povoação (Porto Alegre, 1906, p. 92); “mais ou menos desde 1760” (Spalding, 1953); ou de “fins do século XVIII” (Spalding, 1967, p. 254). Nada na documentação pesquisada aponta para isso. Entendemos que, de 1772 até 1818, havia uma devoção, um carinho especial, pelo Divino Espírito Santo, que até podia estar representado por uma imagem colocada em algum altar lateral na primitiva igreja matriz, *mas não existia uma instituição, um grupo organizado* em torno da dita imagem ou orago.

A primeira menção documentada a algo relacionado às festas do Divino em Porto Alegre data de *11 de outubro de 1817*: neste dia, os vereadores discutiram em sessão um ofício do Marquês de Alegrete, aprovando requerimento de alguns moradores da Rua do Arvoredo (atual Coronel Fernando Machado) que desejavam a abertura de uma via “entre as casas do Pe. Antônio de Azevedo e Souza e as [casas] do Império”.⁶ Cinco dias depois, os vereadores, acompanhados do Tenente-Coronel Engenheiro João Vieira de Carvalho e do arruador do Concelho Agostinho de Borba, foram até o local em questão para demarcar a nova rua, que se convencionou denominar-se-ia “rua do Império”, e teria a largura de 43 palmos ou 10,75 metros.⁷

Esta rua, a atual Rua Espírito Santo, foi assim descrita pelo cronista Antônio Álvares Pereira Coruja em 1888:

O Beco do Império: Quem conheceu este beco desde os antigos tempos, sabe ou deve lembrar-se que só tinha duas casas nas duas esquinas da Rua da Igreja, uma das quais era casa de oração e também de profanação: de oração quando os devotos de joelhos ofereciam ao Divino Espírito Santo as suas promessas a troco de pombinhas e pão bento que lhes dava o muito conhecido Francisco Leonardo, e de profanação quando essas promessas eram postas em leilão por leiloeiros de maus ditérios auxiliados ou secundados por

6 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Fundo Câmara, Atas de Vereança (Cópia), Livro 6/7 de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1812-1819), termo de 11 out. 1817.

7 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Fundo Câmara, Atas de Vereança (Cópia), Livro 6/7 de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1812-1819), termo de 16 out. 1817.

palavradas dos licitantes. Não é preciso dizer que falo do Império do Divino [...].⁸

Coruja nasceu em Porto Alegre em 1806, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1837 para escapar da Revolução Farroupilha, e faleceu naquela cidade em 1889. Ao escrever essa descrição do Beco do Império ele estava se referindo à rua da década de 1830, quando já estava formada a Devoção do Divino Espírito Santo. Quando a rua foi demarcada, em 16 de outubro de 1817, ainda não estava organizado em Porto Alegre nenhum tipo de agrupamento de fiéis em torno da imagem do Divino, ou responsável pelas festas do mesmo orago. Porém, como se demonstrou anteriormente, era muito possível que existisse um “império” sem haver irmandade, e é isto que aparentemente se deu em Porto Alegre até aquele momento.

Até 1818, em Porto Alegre, as festas do Divino eram realizadas na (e pela) Matriz da Madre de Deus. Quem afirma isto é o Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes. Sobre o Espírito Santo em Porto Alegre escreveu ele:

Celebrando-se há muitos anos na Matriz de N. S. Madre de Deus a festa do Espírito Santo, a 7 de outubro de 1818 Amadeu Antônio de Faria, Antônio Fernandes Teixeira, Lourenço Júnior de Castro, e João Coelho das Neves se reuniram sob a presidência do Vigário Antônio Vieira da Soledade, com o fim de organizar esta Devoção; e no seu 1º Livro de Deliberações, aberto e numerado por Caetano Xavier Pereira de Brito a 10 de maio de 1821, se lê 15 regras que formularam para sua direção.⁹

Esse primeiro livro de Deliberações mencionado por Lopes não foi localizado durante esta pesquisa. Existe no IHGRS, porém, um Livro de Receita e Despesa aberto em 18 de maio de 1821 que, em sua entrada de 21 de maio, confirma algumas das informações dadas por aquele autor:

Pelo alcance em que ficou a Devoção do Divino Espírito Santo com o Tesoureiro João Coelho Neves, como consta do encerramento feito a 10 de junho de 1820 das contas findas

8 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Antigualhas: As ruas de Porto Alegre (Continuação). In: AZAMBUJA, Graciano A. de (Dir.). *Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul para o anno de 1889*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1888. p. 94-103. O texto foi escrito no Rio de Janeiro em março de 1888.

9 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LOPES, Arcediago Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a História Eclesiástica do Rio Grande do Sul (1737-1891)*. Transcrição de João Maria Balém.

em o Livro que então servia de Receita e Despesa desta Devoção, e na conformidade do Artigo 14º das Deliberações da Mesa se transporta ao presente Livro o mesmo alcance, da quantia de cento trinta e cinco mil duzentos e vinte cinco réis (135\$225).¹⁰

Percebe-se por esses dados que em junho de 1820 já havia um certo código de conduta e administração, não ainda um Compromisso ou um Estatuto, mas certas deliberações que guiavam a ação daqueles homens empenhados na difusão do culto ao Divino Espírito Santo e na feitura das festas ao mesmo orago – as receitas de 29 de maio e 10 de junho de 1821 atestam a realização de “festas” ou “folias”.¹¹

A documentação existente não permite afirmar com clareza o que aconteceu entre 07 de outubro de 1818 – quando se *idealizou a Devoção* – e 10 de maio de 1821 – quando se *formulou seu primeiro conjunto de regras*. Pode-se presumir que aquele grupo – Amadeu Antônio de Faria, Antônio Fernandes Teixeira, Lourenço Júnior de Castro, e João Coelho das Neves –, apoiados pelo vigário da Matriz, tomou para si os encargos da organização das festas anuais em honra do Divino Espírito Santo.

A elaboração das “15 regras” ou deliberações em princípios de 1821 sugere que os responsáveis pela Devoção sentiram a necessidade de dar uma maior solidez administrativa, bem como um incremento na relação mútua entre os fiéis. Esta é a principal diferença entre uma Devoção e uma Irmandade, na compreensão do historiador Caio Boschi: enquanto nas Devoções o fiel compartilhava da coletividade apenas nos festejos ao santo, nas Irmandades se formavam “verdadeiras famílias artificiais” (Boschi, 1986, p. 13-14). Para que uma Devoção virasse Irmandade, era preciso que elaborasse um Compromisso ou Estatuto, que deveria ser aprovado quer pelo Governo Civil quer pela autoridade eclesiástica, e que garantisse a formação de um patrimônio para a manutenção de suas atividades (Meirelles, 2021, p. 100-101). De acordo com os dados apresentados por Dias Lopes, em 25 de agosto de 1822 os devotos do Divino elaboraram “novas regras contidas em nove capítulos para a admissão de irmãos”.¹² Não foi possível localizar-se cópia

10 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859) e Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 3, despesa de 21 maio 1821.

11 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859) e Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 2v, receitas de 29 maio e 10 jun. 1821.

12 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LOPES, Arcediago Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a História Eclesiástica do Rio Grande do Sul (1737-1891)*. Transcrição de João Maria Balém.

dessas novas regras, nem localizamos qualquer informação que demonstre se este regulamento passou por aprovação.

Porém, na compreensão da própria instituição, aí se deu o nascimento da Irmandade, uma vez que, pelo menos desde 1901, todos os Compromissos trazem, em seu artigo 1º - “Da Irmandade e seus fins” o seguinte:

O serviço do culto do Divino Espírito Santo, para cujo fim foi criada em 07 de outubro de 1821 uma devoção, a qual em 15 de agosto de 1822 foi elevada à Irmandade, constitui a base fundamental dos deveres da Irmandade e seus membros.¹³

Para as autoridades religiosas, no entanto, mesmo com um novo regulamento estruturado, a Devoção do Divino seguia sendo uma devoção. É esta a visão compartilhada por Vicente Zeferino Dias Lopes, que informa que um Compromisso só foi estruturado, e aprovado por Dom Sebastião Dias Laranjeira em 1875.

Na visão da Devoção (se podemos afirmar), entretanto, as deliberações de agosto de 1822 representaram o início de uma nova etapa: em 30 de setembro a diretoria decide adquirir um consistório – isto é, uma sala de reuniões, onde poderia reunir-se privadamente para discutir assuntos de seu interesse. Primeiramente adquirem o antigo consistório da Irmandade de N.ª S.ª das Dores, localizado ao lado da Igreja Matriz, e em um segundo momento – a 09 de outubro, conforme Dias Lopes – decidem erigir um Império.

3 OS “IMPÉRIOS” DA PRAÇA DA MATRIZ

Em publicação recente, os arquitetos Luiz Fernando Rhoden e Gunter Weimer, cada qual em seu artigo, debatem a natureza dos impérios do Divino de Porto Alegre. Enquanto Weimer (2022, p. 563) sugere que essas construções “eram capelas dedicadas à devoção do Espírito Santo”, Rhoden (2022) afirma que esses locais não tinham função de culto, mas sim de consistório e depósito. A esta discussão deve-se somar a apresentada por Martha Abreu (1999) para o Rio de Janeiro, que informa que na documentação da antiga Corte, esse termo aparece também para significar os palanques efêmeros erguidos durante as celebrações para abrigar o imperador do Divino.

13 Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, Documentos Avulsos – Irmandade do Divino Espírito Santo. *Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo em Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas typographicas d’A Nacional”, 1901.

A documentação consultada para Porto Alegre dá espaço para a mesma confusão. A primeira menção a uma edificação relacionada ao Divino Espírito Santo é aquela ata da Câmara que se refere, cremos, a uma edificação aos moldes da descrita por Rhoden: servia para armazenar tudo o material usado nas celebrações em honra desse orago, realizadas antes que fosse formada a Devoção. No primeiro livro de inventário da Devoção, em entrada de 25 de julho de 1821, consta a seguinte descrição de um imóvel:

Um Império com paredes de tijolo, coberto de telhas, com vinte e três palmos de largo, livres de parede, e trinta e seis e meio de fundos, livres de paredes, com duas janelas, e uma porta na frente.¹⁴

Acreditamos, pela organização cronológica dos fatos, que se trate dessa edificação mencionada nas atas da Câmara de 1817. Na compreensão de Rhoden, ela seria:

[...] uma pequena casa térrea, de planta retangular, com 5,26 m de largura e 8,23 m de comprimento (área de 43,29 m²), sem paredes internas, com duas janelas e uma porta na frente. No mesmo inventário não consta nada sobre a presença de um oratório ou altar no interior do “Império”. Era um prédio muito simples, do qual, infelizmente, não se tem maiores registros e os historiadores não o mencionam (Rhoden, 2022, p. 584).

Uma vez formada e estruturada a agremiação, a diretoria decide pela compra do antigo Consistório das Dores, localizado em um prédio anexo à Igreja Matriz, que estava vazio desde 1813 quando esses irmãos se mudaram para capela própria construída na Rua Riachuelo (Meirelles, 2021, p. 138).

Em 30 de abril de 1823, o livro de contas da Irmandade das Dores registra que por 153\$600 fora vendido o “quarto de casas” que servira de consistório para a devoção do Divino Espírito Santo.¹⁵ Quem fez a compra, em nome da Devoção, foi João Inácio Teixeira, que o memorialista Pereira Coruja identifica como sendo o Imperador-Festeiro de 1823 (Coruja, 1983, p. 113). Segundo o Tesoureiro da Devoção, “João Inácio Teixeira tinha feito a despesa, e não queria indenização” – isto é, adquiriu com seu próprio di-

14 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859) e Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 1, Inventário de 25 jul. 1821.

15 Memorial da Igreja Nossa Senhora das Dores, *Livro 37: Primeiro Livro de Receita e Despesa (1801-1834)*, fl. 123v, receita de 30 abr. 1823. Conferir também, daquela Irmandade: *Livro 45: Termos de Mesa (1801-1853)*, fl. 55v-56, ata de 13 jun. 1821.

nheiro o quarto de casas, e doou para o Divino Espírito Santo.¹⁶

Os dados existentes não deixam claro se, a partir da compra desse imóvel, a Devoção do Divino abriu mão da casa anterior. Pela leitura da documentação mencionada, acreditamos que tenham mantido apenas um imóvel – o antigo das Dores – que seria reformado algumas vezes entre junho de 1822 e maio de 1826.¹⁷

Em 1835 esse império-consistório é tratado como “sobrado”,¹⁸ e no Inventário feito em 29 de maio do ano seguinte é incluído: “Um Império com 70 palmos de fundos e 24 de frente, assobradado para os fundos e envidraçado”.¹⁹ “Assobradado”, segundo definições da época, era construção com “pavimento de sobrado”, sendo esse definido como “o soalho ou pavimento do andar da casa, por cima, e mais alto que o pavimento térreo”.²⁰

Infelizmente, nem a documentação do Divino nem a da Ordem 3ª das Dores dão as dimensões do Consistório adquirido em 1822, então não se pode ter certeza se a construção que recebeu sobrado a partir de 1835 era o prédio adquirido, mas subentende-se que sim. Supõe-se, assim, que o consistório, térreo, adquirido em 1822/1823, tenha sido reformado por volta de 1835, ganhando um segundo andar aos fundos.

Em 22 de outubro de 1838, no segundo inventário feito naquele ano, é indicado pela primeira vez uma “Capela do Império”.²¹ Dez anos depois, segundo o arquiteto Rhoden:

no livro de inventário [...] há referências a vários objetos de relíquias ou ex-votos, como “uma mão grande de prata; uma mão grande de pau; uma perninha de prata; um pé de prata;

16 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LOPES, Arcediago Vicente Zeferino Dias. *Nôtuas sobre a História Eclesiástica do Rio Grande do Sul (1737-1891)*. Transcrição de João Maria Balém.

17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 16, despesa de 14 jun. 1822; fl. 36, despesa de 12 maio 1826.

18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 51, despesa de 1835. Esta prestação de contas foi encerrada em 18 de outubro de 1835.

19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 5-9, Inventário de 29 maio 1836. Outro registro de inventário feito no mesmo ano informa: “Uma casa com um sobradinho que serve de Império”. Idem, fl. 9-12, Inventário de 04 jul. 1838.

20 SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2v. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/en/dicionarios/>.

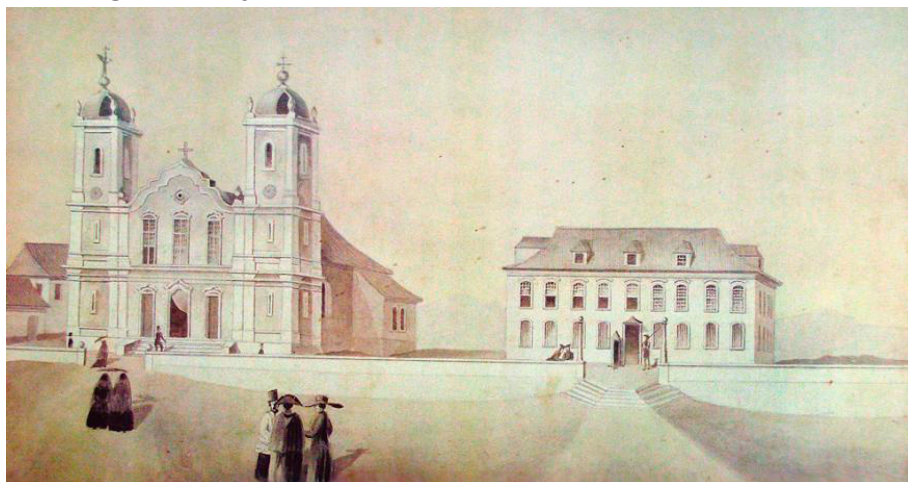
21 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 57, despesa de 22 out. 1838.

uma orelha de prata”. Consta também, pela primeira vez, uma referência à existência de um oratório dentro do prédio do “império”. Aqui cabe uma especulação, a ser comprovada: a existência de um oratório dentro do “império”, em 1848, já seria uma evidência de que o mesmo teria sido elevado à capela? (Rhoden, 2022, p. 584).

A especulação de Rhoden parte da compreensão de que um “Império do Divino” deveria ser apenas uma edificação para depósito das alfaías do culto do Espírito Santo e para reuniões da irmandade, e não um local de culto. Entretanto, como se demonstrou, todas as confrarias religiosas tinham no culto, mesmo que no culto privado, uma de suas razões de existência. Portanto, a descrição de um oratório dentro do Império em nada altera a sua natureza.

São bastante conhecidos os desenhos feitos pelo mercenário alemão Hermann R. Wendroth, que passou pelo Rio Grande do Sul em 1852. Um desses desenhos foca na Igreja Matriz e no Palácio do Governo, mas pode ser visto no canto esquerdo da imagem, ao lado da igreja, um pedacinho de edificação que se assemelha em muito com a Capela do Divino conforme vista em fotografia de fins da década de 1860. Se se tratar de fato da Capela da Devoção, essa já apresentava em 1852 uma construção em dois volumes: um à frente, alinhado com a Rua da Igreja, que tinha uma porta lateral voltada para a Matriz, e outra construção de fundos, de dois andares, com ao menos duas janelas na parte superior.

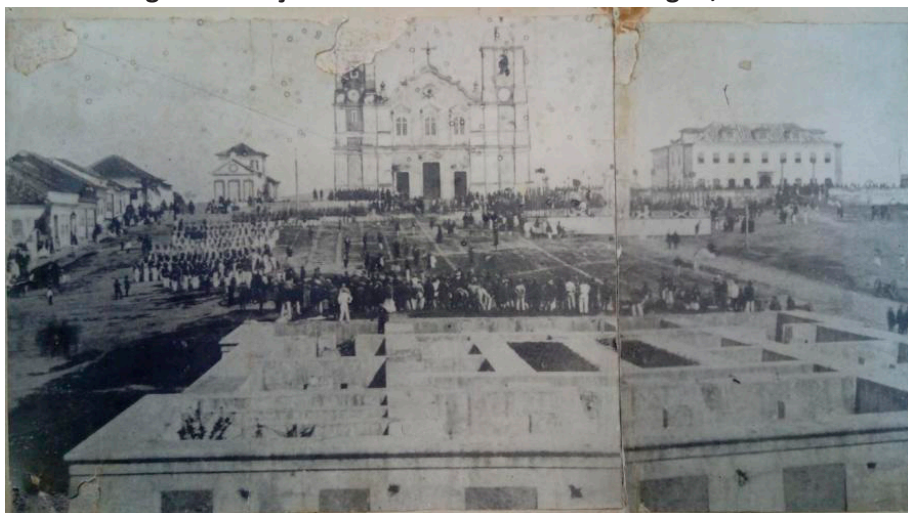
Figura 1: Praça da Matriz em 1852. Hermann Wendroth, 1852



Fonte: Wendroth, Hermann Rudolph. O Rio Grande do Sul em 1852: Aquarelas de Hermann Rudolph Wendroth. Guaíba: Riocell, 1982.

Na década de 1860, no contexto da Guerra do Paraguai, o fotógrafo Luiz Terragno produziu as primeiras fotografias conhecidas a retratarem a cidade de Porto Alegre. Em uma das mais famosas, tomada a partir do atual Palácio da Justiça, vê-se uma concentração de tropas na Praça da Matriz, além da antiga igreja e palácio, já retratados no desenho de Wendroth. Ao lado da velha matriz, tem-se, na fotografia, uma visão privilegiada do antigo Império do Divino.

Figura 2: Praça da Matriz em 1865. Luiz Terragno, 1865.



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fototeca, F-01 A: Porto Alegre Antigo (Ferrari), Fotografia da Praça da Matriz com a concentração das tropas para a Guerra do Paraguai, Luiz Terragno, 1865.

Outras fotografias da mesma época permitem outros vislumbres do Império:

Figura 3: Matriz e Império, década de 1860.

Fonte: À esquerda: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo AF-013, Mapoteca, Gaveta 4, Álbum Porto Alegre Antiga, Fotografia 012 – Praça da Matriz. À direita: Franco, Sérgio da Costa. Porto Alegre – Guia Histórico. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, p. 131.

Nas imagens se vê uma construção em dois volumes. Pode-se entender que à frente, com entrada pela Rua da Igreja, ficava a Capela do Divino (Capela do Império), com três portas na fachada e um óculo no frontão e telhado em duas águas. Aos fundos desse primeiro edifício vê-se outro, geminado, assobradado, com dois andares e telhado em quatro águas. Só se pode visualizar a fachada noroeste, fronteira à Matriz, e nela se vê uma porta e duas janelas no andar térreo, com mais três janelas no piso superior (duas na lateral e uma na frente). Acreditamos que esta segunda construção fosse o consistório da Irmandade, que era adentrado por essa ruela existente entre a Capela e a Igreja.

Esta maior complexidade arquitetônica da Devoção do Divino na década de 1860 aponta em um crescimento de importância desse grupo de fiéis na cidade de Porto Alegre. Outro indicativo dessa importância é o fato de que uma planta urbana desenhada em 1868 é a primeira representação cartográfica da cidade a indicar a localização da Capela do Divino (nº 11 na planta).²² Mesmo que já houvesse um prédio vinculado a esse culto desde pelo menos 1817, em nenhum dos mapas e plantas anteriores conhecidos ele é mencionado ou representado.

22 Biblioteca Nacional (Brasil), Coleção Benedicto Ottoni. CAMARGO, Antônio Eleutherio de. (Dir.). *Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Lith. Imperial de Emílio Wiedmann, 1868. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325142/cart325142.htm.

Em outubro de 1862, a Devoção do Divino havia oficiado à Câmara, solicitando cedência de um pedaço da Praça da Matriz, localizado “entre a casa do baile e o paredão fronteiro à Assembleia Provincial”, pedido que foi indeferido.²³ No requerimento não é informado o motivo desta solicitação, mas cremos que dado o crescimento da Devoção nessa época, seus membros acreditassem que era necessário um espaço maior para a construção de nova Capela, tarefa que seria difícil no exíguo espaço que detinham. Por isso, cogitavam a mudança de endereço, ainda na Praça da Matriz, mas em sua face oeste.

Esta pretensão de aumento do templo ficaria suspensa por alguns anos. Em 1875, como já informado anteriormente, os poderes temporal e secular aprovavam o Compromisso, transformando oficialmente a Devoção em Irmandade. Essa mudança de status faz com que os planos por uma capela maior sejam reavivados. Diante da negativa anterior por parte da Municipalidade, os Irmãos se voltam para a Igreja. Oficiam ao Governador do Bispado, requerendo cedência de parte do terreno pertencente à Igreja Matriz. Em 27 de junho de 1877, segundo João Maria Balém:

Tendo a Mesa administrativa da Irmandade do Espírito Santo requerido licença para aumentar a respectiva capela, o Governador do Bispado, Mons. Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, nesta data, anuiu benevolmente ao pedido, porém com a condição que ficasse entre a Catedral e a Capela um espaço nunca menor de vinte e seis palmos [c. 6,50m], completamente lajeado e fechado na frente com grade e portão de ferro, com a cláusula de que quando se fizesse mister do terreno cedido, para a edificação ou acréscimo da dita capela, a fim de ser aplicado a qualquer obra ou serventia da Catedral e Seminário Episcopal, a mencionada Irmandade deveria abrir mão do mesmo terreno, restituindo-o livre e desembaraçado de qualquer edificação, sem que pudesse pedir indenização por perdas e danos, ou fazer qualquer outra reclamação.²⁴

23 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Fundo Câmara, *Livro 15 de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre (1855-1863)*, Requerimento da Devoção do Divino Espírito Santo, 04 out. 1862; *Construção e Melhoramentos do Município*, Ofício de José Luiz da Costa Júnior, 27 nov. 1862; Fundo Câmara, *Livro 15 de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre (1855-1863)*, Sessão de 27 nov. 1862.

24 BALÉM, Monsenhor José Maria. A Nota Histórico-Religiosa. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, ano 1, n. 126, p. 5, 27 jun. 1947.

A construção da nova Capela só veio a ser iniciada em 15 de março de 1882:

Uma capela no estilo gótico, com 6,6 metros de largura e 15,40 de profundidade. [...] Tem como acessório um altar no estilo gótico, tendo sido tudo construído sob plano e fiscalização do mesmo Festeiro, que entregou tudo com o encanamento de gás, introduzido naquele edifício aproveitando o lustre que existia e mais dois que foram comprados no período de jurisdição do mesmo Festeiro.²⁵

Segundo Athos Damasceno, que chamou esta última construção de “obra arquitetônica de solidez e arte”:

Da ereção dessa Capela foi encarregado o mestre construtor Antônio do Canto, que muito se esmerou para não desmerecer do conceito que gozava. E incumbiu-se da decoração o insigne cenógrafo Orestes Coliva que fez obra à altura de seus indiscutíveis talentos.

“O templo” – escreveu então O Mercantil – “está primorosamente acabado com gosto e solidez. Já tivemos ocasião de dizer que a pintura é devida ao inteligente cenógrafo Coliva que mais uma vez confirma sua reputação de notável artista. A construção do templo foi devida aos esforços do Dr. Domingos dos Santos que, a despeito das dificuldades que os inimigos lhe opuseram, levou a bom termo sua iniciativa” (Damasceno, 1971, p. 47).

Günter Weimer, analisando fotografias antigas,²⁶ compreende que essa terceira versão do Império, em linhas neogóticas, sofreu algumas reformas significativas entre a sua inauguração em 1884 e sua demolição em 1929. Segundo ele:

[...] [com relação ao prédio anterior] o piso superior deixou de existir, na fachada principal as três portas de arco abatido foram substituídas por uma porta ogival; o frontão clássico foi substituído por um apontado; a fachada recebeu dois cunhais salientes encimadas por coruchéus (torrezinhas); o

25 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 58-64, Inventário de 30 jun. 1884.

26 Saliente que, ao contrário de Rhoden, Weimer não analisou documentação produzida pela Irmandade do Divino, apenas comparou fotografias e, desse modo, não oferece datação para cada uma das modificações.

telhado recebeu uma “agulha” (outra torre); e sobre a porta da entrada foi colocada uma rosácea (janela redonda). Nesta versão, o passadiço havia sido demolido, fazendo com que o acesso se desse por uma escadaria.

Esta versão não demorou muito para ser novamente reformulada. O frontão triangular foi substituído por um ogival, duas pilastras que na versão anterior ombreavam a porta principal foram prolongadas, e tanto os coruchéus como a agulha receberam um acabamento bem mais trabalhado.

Todavia, esta não seria a derradeira versão da Capela. Antes de sua demolição definitiva, as três saliências apontadas superiores receberam novo acabamento, da mesma forma como a porta da entrada e sua respectiva bandeira (Weimer, 2022, p. 572-573).

Figura 4: Croquis de Günter Weimer mostrando as reformas do Império entre 1884 e 1929



Fonte: Weimer, Günter. Os Impérios de Porto Alegre. In: Barroso, Véra Lucia Maciel *et al.* (Org.). Açorianos em Porto Alegre: História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022, p. 572-573.

Em 1902, após reformarem o Compromisso, nova obra é planejada: em discussão de Mesa vários irmãos apontam “o grau sensível de diferenciação [que existe] entre a parte superior da Capela e a parte térrea”, que exigiria obras urgentes de readequação, necessárias para “que esta Irmandade corresponda ao nome que tem”. Quais sejam:

[...] fazer algumas obras, que são urgentes a fazer-se no Consistório, como sejam a parte térrea inferior do mesmo Consistório, retirada do mictório, reforma do assoalho, substituição de mesas, bancos e mesmo dar em consumo todos os objetos já fora de uso e outros muitos já bastante

estragados [...].²⁷

Quanto às obras executadas no imóvel, o relatório do Imperador-Festeiro destaca:

[...] Escavação para proporcionar maior soma de luz e ar no Consistório; revestimento dos alicerces em todo o edifício; parede para divisão do compartimento para arrecadação e mictório e respectiva porta de cedro; colunas de ferro em substituição dos pilares existentes; nova soleira à porta de entrada que dá para a Rua do Império; reconstrução de parte da escada que dá da Capela para o pavimento inferior; conserto geral em todo o telhado, e tela de arame para os ventiladores e bandeira da porta da Rua do Império; pintura em todo o Consistório; retoque e lavagem em toda a Capela e na pintura existente.²⁸

Nova grande reforma interna e externa foi feita em 1911. Não encontramos subsídios para uma interpretação mais definitiva, mas é possível que esta obra seja aquela na qual se atingiu o último estágio apontado por Weimer na Figura 4.

Capela do Espírito Santo – Na noite de 22 de dezembro findo, às 7 ½ horas, na presença dos representantes da imprensa local e da irmandade, foram festivamente inaugurados os importantes trabalhos de reconstrução porque passou, interna e externamente, a Capela do Divino Espírito Santo. A impressão que se recebe, logo de entrada, é a melhor possível. Tudo foi atendido com solicitude, sendo a decoração belíssima, muito recomendando ao artista que a executou.²⁹ A iluminação da capela é presentemente magnífica e de muito efeito, fornecida por mais de 150 lâmpadas elétricas.

27 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Atas* (02/06/1892 – 16/04/1916), fl. 69v-71, sessão de 10 ago. 1902.

28 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Atas* (02/06/1892 – 16/04/1916), fl. 78-83, sessão de 05 jul. 1903.

29 Em sessão de mesa de 31 de março de 1912 foi lida ata produzida por ocasião da chamada de concorrentes para a pintura da Capela, onde consta os nomes de três artistas: Fernando Schlatter, Frederico Zabel e Cândido Cauduro. A proposta escolhida foi a mais barata de Zabel, por 2:500\$. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Atas* (02/06/1892 – 16/04/1916), fl. 167v-169, sessão de 31 mar. 1912.

As pinturas são finíssimas, a óleo. O teto apresenta bonito efeito, vendo-se nele, no centro, a Pombinha do Divino, além de outras imagens. Acima do altar-mor aparece a imagem do Pai Eterno, circundado pelo arco-íris. As pinturas todas, magistralmente executadas, impressionam bem, pelo acerto das cores e combinações. O altar da capela foi todo reformado. Na frente, ao lado, foram colocadas duas elegantes mesinhas de cedro para salvas. Encarregou-se dos trabalhos de reconstrução o Sr. Boni Ferlini. Deve estar de parabéns o Sr. Antônio H. Pinheiro, imperador-festeiro, pelo melhoramento que introduziu na Capela do Divino Espírito Santo.³⁰

Figura 5: Irmandade do Divino Espírito Santo perante a porta do Império. Autor desconhecido, década de 1920



Fonte: Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, Coleção J. Balém. Devotos do Divino Espírito Santo defronte da Capela, década de 1920.

30 Capella do Espirito Santo. *O Paladino*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 3, 15 jan. 1912.

CONCLUSÃO

A partir da década de 1920, diversas transformações urbanas, tanto levadas a cabo pela Municipalidade, quanto pelas autoridades eclesiásticas, motivariam a saída do Império do Divino Espírito Santo da Praça Marechal Deodoro para os Campos do Bom Fim. A alteração de endereço geraria também uma mudança nas práticas da irmandade: as tradicionais “folias do Divino”, as festivas quermesses realizadas desde “tempos imemoriais” na praça em frente à igreja, passariam a acontecer nos descampados da Redenção. Porém, o ajardinamento daquele espaço para as celebrações do Centenário Farroupilha interromperia o uso da irmandade, fazendo com que a festa pouco a pouco enfocasse mais nos aspectos religiosos, como a procissão, e menos nas diversões públicas.

O riquíssimo acervo documental da Irmandade do Divino Espírito Santo, resguardado quer no IHGRS quer na sede da própria confraria, traz possibilidades únicas para se aumentar o conhecimento sobre práticas religiosas, sociais e urbanas de Porto Alegre em seu passado. Neste primeiro artigo buscamos discutir um dos assuntos suscitados por esse acervo, dando assim possibilidades para que seja escrita a história desta tão tradicional confraria.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALMEIDA, Vinícius Furquim de; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os pardos da Imaculada: trajetórias e agências negras na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX). *Métis – História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 16, n. 13, p. 141-172, 2017.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CÔRTEZ, João Carlos Paixão. *Folias do Divino*. Porto Alegre: Proletra, 1983.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas – Reminiscências de Porto Alegre*. Introdução e notas de Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

- FORTES, João Borges. *Casaes*. Rio de Janeiro: Edição do Centenário Farroupilha, 1932.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; JANUÁRIO, Ilda. Mapeando festas do Espírito Santo no Rio Grande do Sul (Brasil) e no Quebec (Canadá). *Interfaces Brasil/Canadá*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 125-148, 2019.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Sensibilidades em festa: Celebrando o Espírito Santo no Rio Grande do Sul. *Fênix – Revista de História e Estudos Sociais*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2012.
- JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de Festa: uma análise da Festa do Divino (Espírito Santo) – Gravataí e Santo Antônio da Patrulha (1859-1933)*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.
- KÜHN, Fábio. As representações do profano: Atitudes religiosas e festas rituais no Continente do Rio Grande – A freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo no último quartel do século XVIII. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, n. 8, p. 50-71, dez. 1999.
- KÜHN, Fábio. Um corpo, ainda que particular: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 121-134, maio/ago. 2010.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Açorianos para o sul do Brasil. In: BARROSO, V. L. M. (Org.). *Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia*. Porto Alegre: EST Edições, 2002. p. 189-210.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: Aspectos Culturais*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1982.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: História e vida da cidade*. Porto Alegre: Editora da URGs, 1973.
- MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Os Filhos da Mãe Santíssima: Os Terceiros das Dores e os Irmãos da Misericórdia na Porto Alegre do século XIX (1800-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MONTEIRO, Charles. Disputas pela história da formação urbana de Porto

- Alegre. In: KÜHN, F. SCOTT, A. S. V. (Org.). *Porto Alegre 250 anos: De uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 17-30.
- NAGY, Piroška; BIRON-OUELLET, Xavier. A collective emotion in Medieval Italy: The Flagellant Movement of 1260. *Emotion Review*, on-line, v. 12, n. 3, p. 135-145, 2020.
- NASCIMENTO, Mara Regina do. *E todos os mais que se acharem na Terra, dirão missas pela minha alma: As irmandades religiosas em Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2025.
- NEIS, Ruben. *Porto dos Casais: Criação da freguesia, fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1972.
- OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Os açorianos e seus remanescentes na região de Porto Alegre: Apontamentos sobre as possibilidades de estudos arqueológicos. In: BARROSO, V. L. M. (Org.). *Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul/Brasil*. Porto Alegre: Evangraf, 2024. p. 823-838.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção Negra: Santos pretos e catequese no Brasil colonial*. São Paulo: Cosac, 2025.
- PEREIRA, Maria de Lurdes Silveira Ferreira. *Bandeiras, Coroas e Despesas do Divino Espírito Santo na vila de Rabo de Peixe, São Miguel – Açores*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2020.
- PORTO ALEGRE, Augusto. *A Fundação de Porto Alegre*. 1ª ed. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1906.
- RHODEN, Luiz Fernando. Os açorianos em Porto Alegre: Cultura material e imaterial. In: BARROSO, V. L. M. et al. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre: História, Genealogia e Cultura*. Porto Alegre: Evangraf, 2022. p. 578-592.
- ROCCA, Luisa Durán. *Açorianos no Rio Grande do Sul: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ROCCA, Luisa Durán. Viamão na história do urbanismo sul-rio-grandense. In: BARROSO, V. L. M. (Org.). *Raízes de Viamão*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 345-370.
- SPALDING, Walter (Comp.). *Pôrto Alegre: Monografia editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal*. Porto Alegre: Habitat Editora Ltda., 1953.

- SPALDING, Walter. *Pequena História de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1967.
- SPALDING, Walter. *Tradições e Superstições do Brasil Sul (Ensaio de folclore)*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.
- TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja, e Devoção no sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. A devoção do Espírito Santo na cultura luso-brasileira. *Navegações*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 237-243, jul./dez. 2013.
- WEIMER, Günter. Os Impérios de Porto Alegre. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* (Org.). *Açorianos em Porto Alegre: História, Genealogia e Cultura*. Porto Alegre: Evangraf, 2022. p. 563-577.
- WENDROTH, Hermann Rudolph. *O Rio Grande do Sul em 1852: Aquarelas de Hermann Rudolph Wendroth*. Guaíba: Riocell, 1982.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

Recebido em: 06/10/2025

Aceito em: 17/02/2026